

## Legados Culturais do Autoritarismo no Cone Sul

Bruno Mello Souza

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

Carlos Artur Gallo

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul*

**Resumo.** Durante a Guerra Fria, Argentina, Brasil, Chile e Uruguai viveram períodos autoritários nos quais, ao ser aplicada a Doutrina de Segurança Nacional, ocorreram reiteradas violações aos direitos humanos. Com o final das ditaduras nestes países, novos períodos democráticos foram iniciados. Embora “novas democracias” tenham sido instaladas a partir da década de 1980, é possível observar, na atualidade, a permanência de legados autoritários que se mantêm a despeito do final dos regimes de exceção. Tendo este contexto como ponto de partida, neste estudo pretendemos analisar o impacto dos regimes autoritários na cultura política desses países. Dividida nas seguintes partes, a exposição abrange: 1º) uma exposição dos fatos mais marcantes dessas ditaduras no Cone Sul; 2º) a identificação, mediante consulta na base de dados do *Latinobarómetro*, daqueles que consideramos legados culturais do autoritarismo; 3º) elementos para uma análise comparada dos dados coletados.

**Palavras-chave:** cultura política; ditaduras de segurança nacional; legados autoritários.

### Cultural Legacy of the Authoritarianism in the South America

**Abstract.** During the Cold War, Argentina, Brazil, Chile and Uruguay passed through authoritarian moments in which, applying the *Doutrina de Segurança Nacional* (National Security Doctrine), occurred several violations against human rights. After the dictatorships, in these countries new democratic periods began. However “new democracies” have been established since the 1980s, it is possible to realize the permanence of the authoritarian legacy nowadays. Having this context as the starting point, in this study we intend to analyse the impact of the authoritarian regimes in the political culture of these countries. Hence, this text covers: 1) an exposition of the most important facts of those dictatorships in South America; 2º) the identification, according to *Latinobarómetro*, of the authoritarian cultural legacy in those countries; 3º) elements for a comparative analysis of the data collected.

**Key-words:** political culture; national security dictatorships; authoritarian legacy.

## 1 Introdução

Argentina, Brasil, Chile e Uruguai vivenciaram, ao longo de suas histórias, diversos períodos nos quais o autoritarismo tomou conta das estruturas de poder, determinando e influenciando práticas políticas, sociais e culturais e intervindo, direta e indiretamente, nas formas de organização da vida em sociedade. Na segunda metade do século XX, no contexto da Guerra Fria, os países mencionados estiveram sob regimes burocrático-autoritários que, baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), realizaram o alinhamento das economias nacionais aos novos padrões do capitalismo internacional e, combatendo a suposta expansão do comunismo na região, foram também responsáveis por uma série de violações aos direitos humanos dos seus cidadãos (Martins, 1988; Motta, 2002; Padrós, 2006; 2008).

Com o final das ditaduras de Segurança Nacional nesses países, novos períodos democráticos foram iniciados. Mas, apesar de novas democracias terem sido instaladas com os processos de transição que ocorreram a partir da década de 1970, é possível observar, na atualidade, a permanência de legados autoritários que se mantêm a despeito do final dos regimes de exceção mencionados.

Tendo este contexto como ponto de partida, neste estudo pretendemos analisar o impacto dos regimes autoritários na cultura política dos argentinos, brasileiros, chilenos e

uruguaios, observando se e quais resquícios do autoritarismo seguem presentes. Dividido em duas partes, o artigo abrange: 1º) uma exposição dos fatos mais marcantes do período ditatorial nos países do Cone Sul e; 2º) a identificação, mediante consulta na base de dados do Latinobarómetro, daqueles que consideramos legados culturais do autoritarismo. Feito isso, nas considerações finais, apresentamos elementos para uma análise comparada dos dados coletados sobre as realidades argentina, brasileira, chilena e uruguaia.

## **2 As Ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul: Do Golpe às transições**

No início da década de 1980, dois terços da população latino-americana viviam em países dominados por militares ou em regimes militares (Rouquié, 1984). Atingidos por aquela que, segundo Samuel Huntington (1994, p. 28-29), seria a 2ª onda reversa de democratização, encontramos os casos da Argentina, do Brasil, do Chile e do Uruguai, nos quais, através de golpes civis-militares, instalaram-se nas suas estruturas de poder regimes burocrático-autoritários<sup>1</sup> (O'Donnell, 1986). Conforme Alexandra Barahona de Brito (2002, p. 195):

Las dictaduras establecidas en el Cono Sur de América Latina a finales de los sesenta y comienzos de los setenta tenían un objetivo clave en común: eliminar la subversión interna de izquierdas y restablecer el orden. Todo aquel que se oponía al gobierno militar era un enemigo del Estado y había de ser eliminado o aislado política y socialmente o silenciado mediante la prisión, la tortura, la desaparición forzada o el exilio.

Embora a contínua aplicação da violência política baseada na DSN tenha estado presente nos quatro casos selecionados para análise, os períodos ditatoriais vivenciados em cada um desses países do Cone Sul possuem particularidades no que diz respeito à forma como a ditadura foi mantida e, sobretudo, no que se refere ao modo como as coalizões civis-militares chegaram ao fim, tornando possível o retorno à democracia. A ditadura civil-militar no Brasil, por exemplo, inicia antes dos demais casos selecionados para análise, entre o final do mês de março e o início de abril de 1964.

Motivações econômicas<sup>2</sup> (Martins, 1988) e anticomunistas (Motta, 2002), por um lado, e um cenário político-institucional marcado pela instabilidade desde agosto de 1961, por outro, teriam legitimado o Golpe e a intervenção das Forças Armadas na política interna do país. O fato é que, apoiados por elites civis contrárias à continuidade de João Goulart na Presidência, os militares tomaram conta das estruturas de poder.

Na vigência do regime autoritário brasileiro, contudo, foi criado um sistema político bipartidário dividido entre ARENA (a Aliança da Renovação Nacional, partido governista) e MDB (o Movimento Democrático Brasileiro, abrangendo a oposição consentida), sendo realizadas eleições periódicas e regulares para alguns cargos dos poderes legislativos municipal, estadual e federal. Em 1974, época em que o regime ainda colhia os frutos do crescimento econômico e a neutralização dos opositores que atuavam fora do sistema partidário atingia seu auge, Ernesto Geisel (ditador-presidente entre 1974-1979) formata e

---

1 De acordo com o conceito desenvolvido por Guillermo O'Donnell (1986, p. 21-23), um Estado burocrático-autoritário caracteriza-se: a) por ser organizador da dominação de uma classe sobre as demais; b) por tentar normalizar a economia, estabelecendo novos padrões de produção-acumulação; c) por constituir um sistema no qual são excluídos da política setores populares que eram ativos; d) pela supressão de direitos de cidadania; e)

<sup>2</sup> Luciano Martins (1988) destaca que o sucesso do golpe se deveu, em parte, à necessidade de realinhamento da economia nacional aos novos padrões internacionais de expansão do capitalismo. Neste contexto, o apoio das elites econômicas aos setores golpistas foi importante, dando subsídios à formação de uma coalizão civil-militar que durou quase 21 anos.

inicia, de dentro do próprio governo, um projeto de transição “lenta, gradual e segura” que se estenderia até 1985, e seria altamente pactuado durante toda sua trajetória (Arturi, 2001).

De acordo com o historiador Enrique Serra Padrós (2013, p. 84), estudos sobre a ditadura uruguaia costumam apontar para a existência de três fases de desenvolvimento do regime autoritário. A primeira fase, que vai de 1973 até 1976, é marcada pela consolidação do Golpe e o aprofundamento das práticas repressivas e culmina com o momento no qual o projeto político de Bordaberry entra em confronto com interesses das Forças Armadas, e estas tomam-lhe o poder. A segunda fase, que se estende de 1976 até 1980, é marcada pela tentativa de subordinação da população uruguaia à Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e se encerra justamente no momento em que as Forças Armadas organizam e perdem um plebiscito que propunha a elaboração de uma nova Constituição, essencialmente comprometida com a DSN. Após perderem o plebiscito, inicia-se a terceira e última fase da ditadura uruguaia, que vai de 1980 até 1985, e compreende o período em que ocorre a transição à democracia no país.

O processo de transição no Uruguai começou a ser posto em prática em julho de 1981, basicamente em virtude da deterioração do prestígio dos militares junto à sociedade. Nessa ocasião, as Forças Armadas apresentaram, para alguns dirigentes políticos, uma proposta de abertura política organizada em quatro pontos: 1º) ela seria realizada em três anos, contando com a participação de membros partidários em um Conselho de Estado; 2º) seria organizado um estatuto para criação de partidos políticos; 3º) haveria uma reforma constitucional; 4º) seriam realizadas eleições diretas (Villalobos, 2006, p. 29). Em 1984, quando foi concretizado o 4º item referido, iniciou-se o último ato da ditadura uruguaia, que se encerraria em 1985, com a posse do presidente eleito, Juan María Sanguinetti, do Partido Colorado.

O golpe no Chile, embora também tenha sido levado a cabo no mesmo contexto internacional que os demais, se deu em um ambiente político-institucional diferente dos casos até agora analisados, uma vez que neste país já existia um sistema partidário consolidado pelo menos desde a década de 1930, quando havia sido estabelecido um “Estado de Compromisso” que garantia a estabilidade governamental (Acuña e Smulovitz, 2006, p. 54-55). O golpe foi possível, contudo, porque, a partir de 1964, quando a Democracia Cristã chilena obteve ampla maioria, o pacto político, que vinha sendo respeitado desde 1932 começou a ser deteriorado e, com a eleição do socialista Salvador Allende, em 1970, a crise se agravou.

No que diz respeito à transição chilena, a mesma se deu de forma organizada. A realização de eleições presidenciais, que ocorreriam em 1989, foi prevista na Constituição Federal promulgada em 1980. Em 1988, em um plebiscito que, também previsto na nova Constituição, seria realizado para que o povo decidisse se o ditador-presidente Augusto Pinochet continuaria no poder por mais 8 anos, os chilenos votaram pelo “não” e, no ano seguinte, elegeram seu novo presidente.

Na Argentina, o cenário sócio-político que tornou possível o Golpe civil-militar de 1976 está intimamente relacionado ao contexto político vivenciado no país a partir de 1955, no qual, até 1972, militares impediram que políticos peronistas fossem eleitos para cargos importantes (Acuña e Smulovitz, 2006; Cavarozzi, 1996; Fernández, 2006). Em 1972, após grande pressão popular pela realização de eleições livres, os militares cederam, sendo eleito para Presidência da República Héctor José Cámpora, candidato peronista. Conjugada a outras questões, como a existência das guerrilhas, a falta de controle estatal sobre os sindicatos e uma economia semifechada, em 1976, os militares concretizam o sexto golpe de Estado ocorrido no país durante o século XX.

No início da década de 1980, o apoio civil que possibilitava a continuação dos militares no poder começa a se deteriorar, podendo ser apontados, como fatores que contribuíram para o fim da ditadura argentina: a) a intensidade da repressão aos opositores; b) o mau desempenho das políticas econômicas postas em prática pelo regime; c) a derrota na Guerra das Malvinas. Visivelmente abalada, sobretudo com o fracasso nas Malvinas, a grande tensão

existente junto à sociedade tomou grandes proporções, fazendo com que a autoridade dos militares fosse cada vez mais rapidamente reduzida e, entre o final de 1982 e outubro de 1983, ocorresse uma rápida transição, encerrada com a eleição de Raúl Alfonsín para Presidência da República.

A dinâmica dos processos de transição à democracia iniciados a partir dos anos de 1970 na Europa do Sul (com a Revolução dos Cravos, em Portugal), e a própria existência de uma série de transições que passaram a ocorrer também em países da América do Sul, tiveram um impacto direto na produção acadêmica das Ciências Humanas e Sociais. Como resultado daquele contexto específico, a Ciência Política viabilizou, principalmente a partir do esforço de Guillermo O'Donnell (O'Donnell e Schmitter, 1988), uma frutífera produção de análises sobre os modos como países que viviam sob governos autoritários transitavam destes regimes para um novo período democrático.

Posteriormente denominada de “transitologia”, essa linha de análise encabeçada por O'Donnell (mas formada por estudos de um conjunto de pesquisadores de diversos países) buscou identificar, nas transições que estavam ocorrendo, padrões de desenvolvimento que, presentes nesses processos, permitissem elaborar modelos explicativos capazes de auxiliar a compreender e analisar situações futuras (O'Donnell e Schmitter, 1988). A despeito das críticas que possam ser dirigidas a esses estudos, uma hipótese formulada a partir das transições sugere que quanto mais controlado o processo transicional por parte dos setores que estavam nas estruturas de poder durante o período de exceção, maiores seriam as dificuldades de que as novas democracias superassem legados do autoritarismo que se mantiveram no novo cenário político. Na próxima seção deste estudo, trabalhamos a partir desta hipótese, buscando verificar qual o impacto das ditaduras de Segurança Nacional na cultura política dos cidadãos.

### **3 Legados Culturais do Autoritarismo**

Neste estudo, partimos do pressuposto de que regimes autoritários deixam marcas, legados do autoritarismo que se mantêm mesmo com o final das ditaduras e a redemocratização. Esses legados podem ser institucionais, como é o caso das prerrogativas militares estudadas por Alfred Stepan (1988) e Jorge Zaverucha (1994; 2000) e da legislação e dos procedimentos jurídicos que, analisados por Anthony W. Pereira (2010), não se alteraram desde o final da ditadura, mas também podem se manifestar na cultura política dos cidadãos (Morlino, 2013).

Inaugurada na Ciência Política por Almond e Verba (1965), uma perspectiva culturalista credita às crenças, valores e comportamentos dos cidadãos, um papel extremamente importante na configuração e consolidação de um regime político. Ao aproximarmos dos casos latino-americanos, é possível notar que são vários os autores que de alguma forma atrelam a democracia à legitimidade advinda da cultura política, pautando-se em variáveis como adesão ao regime democrático, participação política e confiança (Moisés, 1995; 2005; Gunther e Monteiro, 2003; Power e Jamison, 2005; Baquero, 2011; González, 2011).

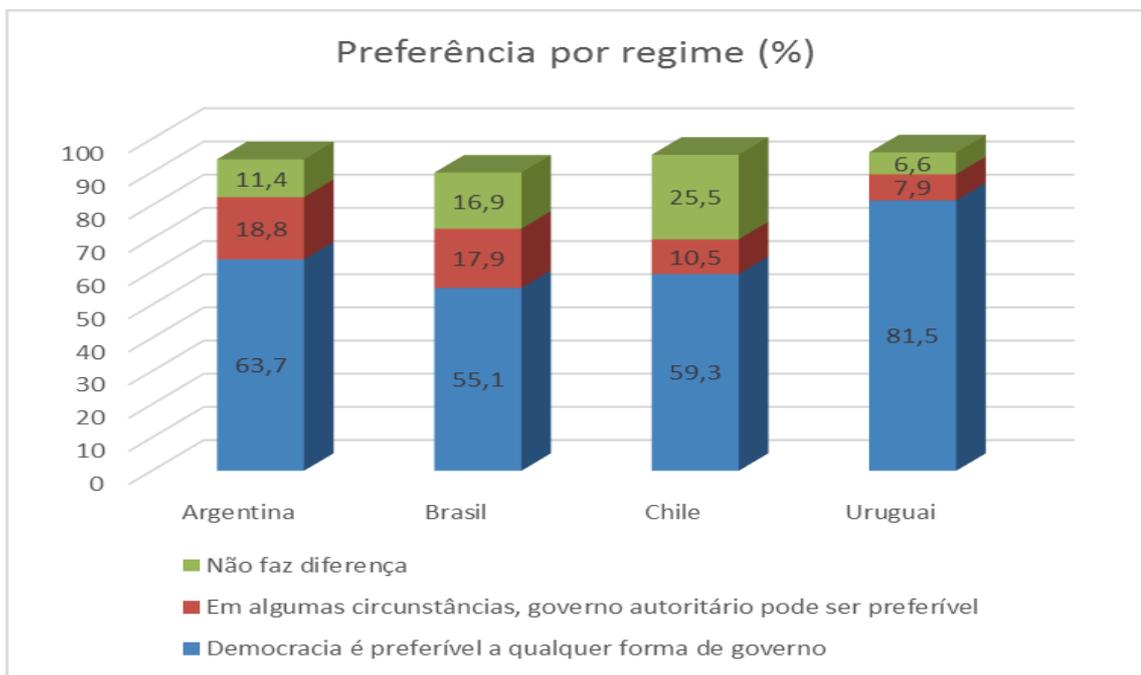
À primeira vista, resquícios institucionais do autoritarismo parecem ser mais facilmente identificáveis do que seriam os resquícios de uma cultura autoritária. Afinal, como fazer para identificar práticas culturais que tenham sido geradas ou potencializadas por experiências autoritárias?

Na tentativa de identificar e analisar o impacto das ditaduras argentina, brasileira, chilena e uruguaia na cultura política dos seus cidadãos, portanto, toma-se como referência os dados referentes a nove variáveis medidas pelo Latinobarómetro (ano base 2009): (1) preferência por regime; (2) prioridade da ordem em relação a direitos humanos e liberdades; (3) importância da democracia em contraposição com o desenvolvimento econômico; (4) relação entre governo e meios de comunicação; (5) respeito dos governos às leis e ao

parlamento; (6) apoio à volta de um governo militar; (7) confiança nas Forças Armadas; (8) tolerância para com os movimentos sociais; e (9) militares e garantia da ordem constitucional. Os dados que não fecham em 100% assim se encontram em decorrência dos percentuais de “não sabe/não respondeu” que, se fossem eliminados do banco com o qual se trabalhou, poderiam gerar distorções significativas.

O primeiro gráfico refere-se à preferência por regime político no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai. Será que os diferentes modelos transicionais repercutem na preferência dos cidadãos destes países? É o que se verifica a seguir.

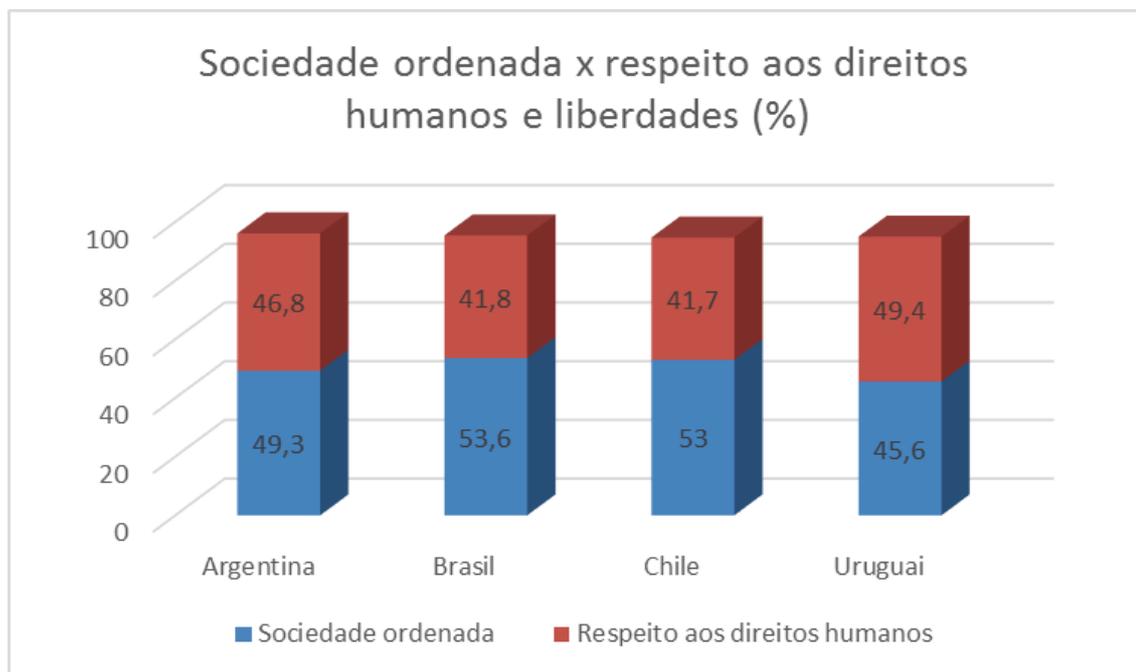
**Gráfico 1.** Preferência por regime (%).



**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

O Gráfico 1 demonstra que os uruguaios, de forma geral, possuem uma preferência maior pela democracia (81,5%) do que os outros três países. Os demais países apresentam percentuais relativamente semelhantes de preferência democrática. A possibilidade de um governo autoritário apresenta percentuais semelhantes entre Argentina e Brasil, transitando pelos 18%. Entre os quatro países, a chance de implementação de um governo não-democrático parece ser menor no Uruguai, onde apenas cerca de 8% dos cidadãos consideram tal hipótese. No Chile, a possibilidade autoritária é considerada em menores percentuais do que em Brasil e Argentina; no entanto, é no país andino que percebemos o maior percentual de indiferentes (cerca de 25% dos entrevistados afirmaram que o regime não faz diferença). Outra variável capaz de oferecer subsídios relevantes no que concerne a legados autoritários, é aquela que contrapõe prioridades de ordem e autoridade em relação a valores democráticos tais como a primazia dos direitos humanos e liberdades. As respostas de brasileiros, argentinos, chilenos e uruguaios estão comparadas no Gráfico 2.

**Gráfico 2.** Sociedade ordenada x respeito aos direitos humanos e liberdades (%).

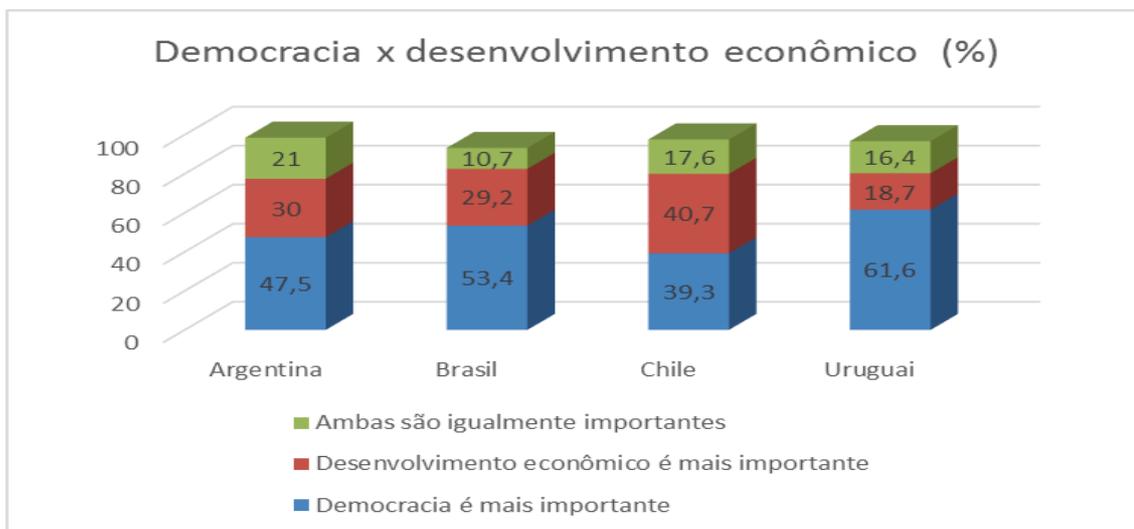


**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

No que diz respeito à priorização da ordem em relação aos direitos humanos e liberdades, os quatro países apresentam percentuais extremamente equilibrados. Levando em consideração tal equilíbrio, notamos que o Uruguai apresenta percentuais levemente superiores no que concerne à valorização dos direitos humanos (49,4%). É, também, dentre os quatro países em tela, o único cujo percentual de priorização dos direitos humanos é superior – ainda que levemente – sobre a valorização de uma sociedade pautada pela ordem, mesmo que os custos remetam a um contexto de menores liberdades. Outra contraposição cuja análise torna-se bastante interessante, para além dos direitos civis, refere-se ao aspecto econômico. Isso porque uma sociedade com fortes necessidades econômicas, dotada de valores que ainda se encontrem na esfera material, enfrentaria maiores dificuldades para respaldar práticas democráticas se estas não significarem satisfação de necessidades materiais mais imediatas (Inglehart, 1990). Evidentemente, isso não implica uma relação determinista na perspectiva do presente trabalho, mas apenas mais um aspecto ao qual deve-se destinar uma certa atenção.

Em resumo, o que buscamos apreender ao trazer à discussão esta variável é: poder gritar de barriga vazia ou calar-se de estômago cheio, qual, afinal, seria a preferência dos entrevistados no Cone Sul? É isto que examinamos a partir dos dados do Gráfico 3.

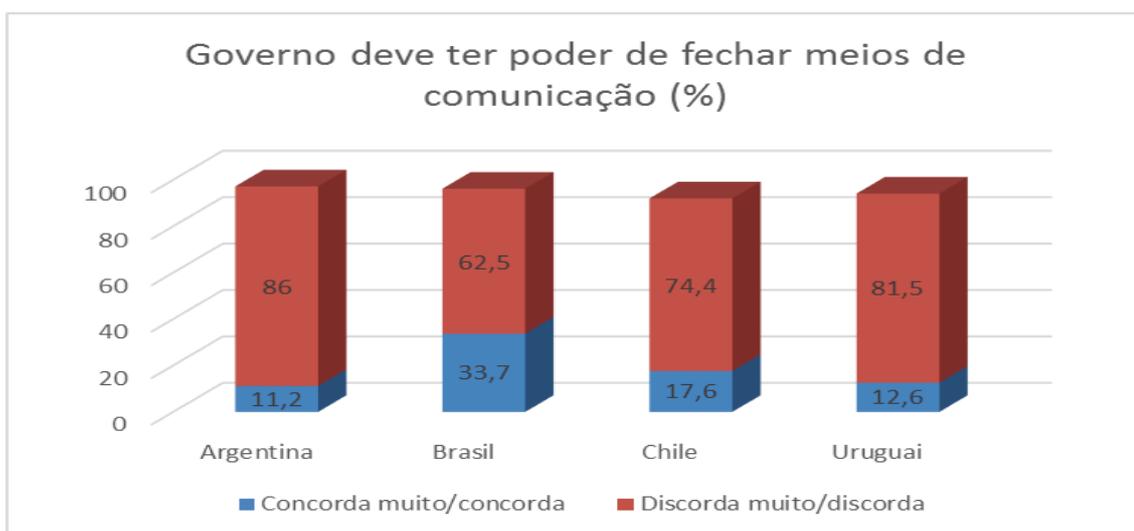
**Gráfico 3.** Democracia x desenvolvimento econômico (%).



**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

Em relação à priorização do desenvolvimento econômico em detrimento à democracia, o país que apresenta o maior nível de priorização do aspecto econômico é o Chile (40,7%), seguido da Argentina, com 30%; o Brasil fica muito próximo da Argentina em relação a este percentual (29,2%). O Uruguai apresenta o maior índice de apoio à democracia sobrepujando as necessidades de desenvolvimento econômico: neste país, mais de 60% dos entrevistados manifestam priorizar valores democráticos. O Brasil surge como o segundo país mais democrata segundo esta categoria (53,7%), seguido de Argentina (47,5%) e Chile (39,5%). Além dos aspectos econômicos, uma outra discussão essencial quando se trata de democracia e democratização diz respeito às relações estabelecidas entre governo e meios de comunicação, uma vez que a liberdade de opinião e de imprensa configuram-se como ingredientes fundamentais da receita democrática. No Gráfico 4, temos a opinião de brasileiros, argentinos, chilenos e uruguaios sobre essa questão.

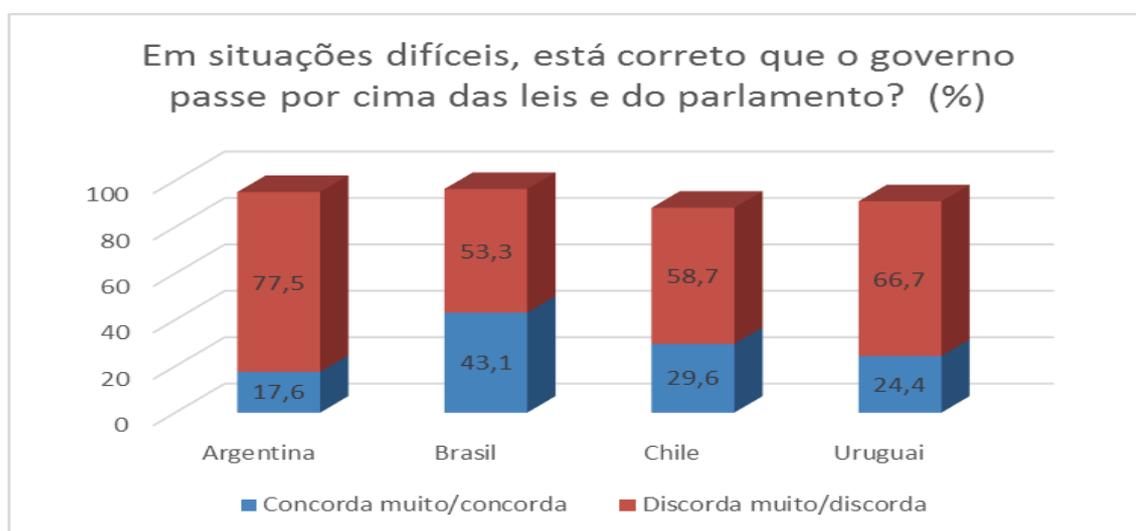
**Gráfico 4.** Governo deve ter poder de fechar os meios de comunicação (%).



**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

Aqui, pode-se perceber uma espécie de consenso entre os cidadãos dos quatro países em pauta: os governos não devem ter poder para fechar meios de comunicação. Neste sentido, todos os percentuais de reprovação desse tipo de medida são bastante elevados, sendo o mais baixo de consideráveis de 62,5% no Brasil. O país que manifesta maior repúdio sobre tal interferência é a Argentina, onde 86% dos respondentes manifestaram tal opinião. Em seguida, aparecem Uruguai (83,5%) e Chile (74,4%). Além da possibilidade de interferir na imprensa, outro tipo de superpoder governamental pode direcionar-se a outras instituições e elementos democráticos, como os parlamentos e o cumprimento das leis e normas do regime democrático. Para captar esta dimensão, a pesquisa do Latinobarómetro questiona: “Em situações difíceis, é correto que o governo passe por cima das leis e do parlamento?” O gráfico abaixo nos mostra a opinião dos entrevistados do Cone Sul.

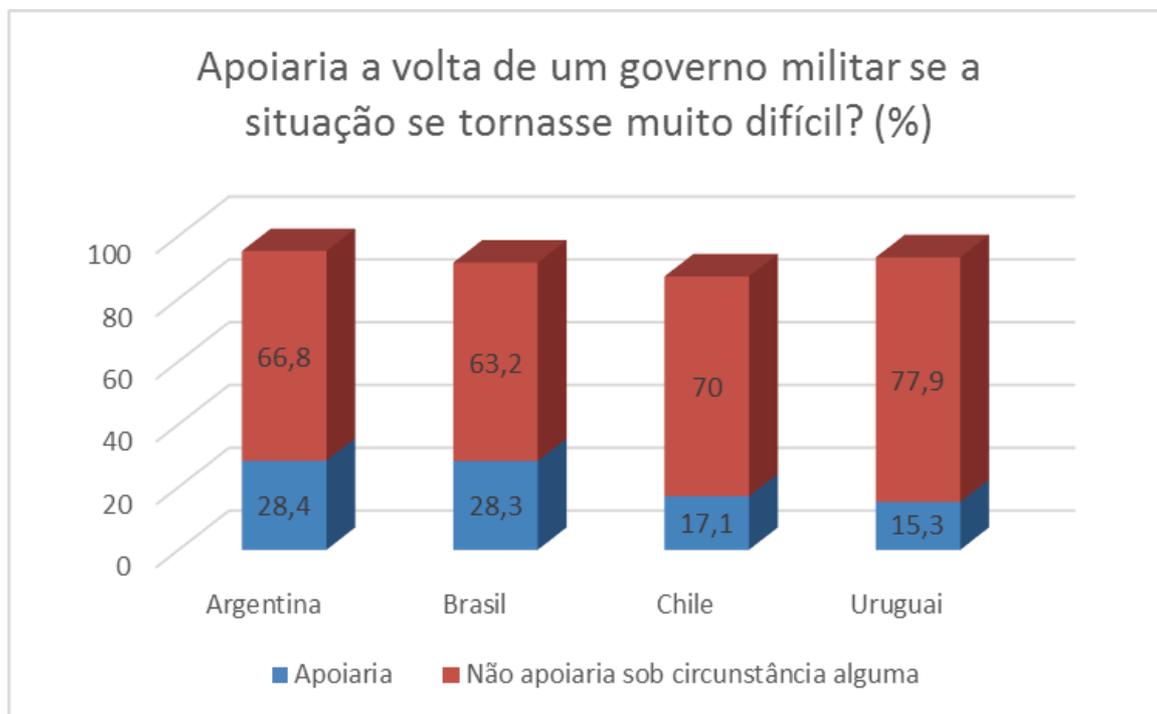
**Gráfico 5.** Em situações difíceis, está correto que o governo passe por cima das leis do parlamento? (%).



**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

Novamente, o Brasil parece apresentar legados autoritários mais marcantes do que os demais países. Uma maioria tímida, de apenas 53%, discorda da possibilidade de o governo passar por cima das leis em situações difíceis, enquanto 43% aparentemente não veria nenhum problemas se isto ocorresse, inclusive concordando com tal postura. Já, na Argentina, o repúdio a esta postura antidemocrática é significativamente mais elevada: praticamente 80% dos entrevistados reprovariam um patroleamento do governo sobre as leis e o parlamento e somente 17% apoiariam. No Uruguai, estes percentuais de repúdio são pouco menores do que na Argentina: 66,7% reprovariam um governo com práticas deletérias às leis e ao parlamentos, contra 24,4% que supostamente aceitariam. O Chile apresenta índices mais próximos aos do Brasil no que tange à dimensão da reprovação: 58,7%. Porém, os percentuais de concordância são significativamente mais baixos: 29,6%. Nesse mesmo sentido, de fragilidade institucional em termos de adesão da população, surge o temor, até certo ponto esperável, de que uma democracia de consolidação relativa possa ser colocada em xeque diante da possibilidade de retorno de um governo militar (autoritário). O Gráfico 6 apresenta o apoio potencial de argentinos, brasileiros, uruguaios e chilenos a esta possibilidade.

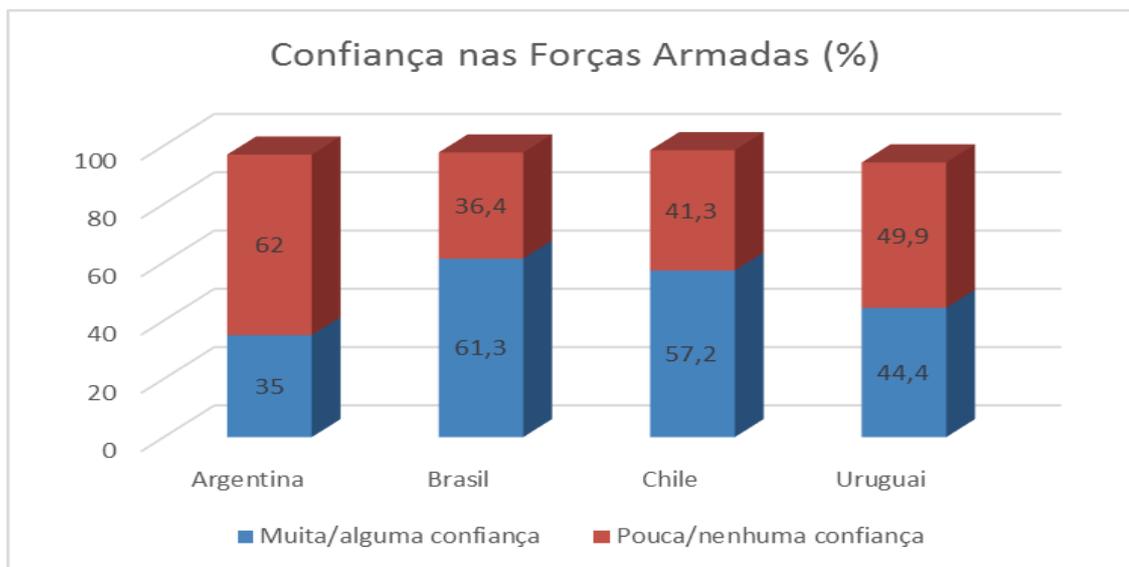
**Gráfico 6.** Apoiaria um governo militar se a situação se tornasse difícil (%).



**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

Surpreendentemente, no que diz respeito à possibilidade de retorno de um governo dos militares, Brasil e Argentina apresentam percentuais muito aproximados. Em ambos os países, o apoio potencial a tal iniciativa é reduzido, embora não desprezível (em torno de 30%). Por outro lado, 66,8% dos entrevistados na Argentina, e 63,2% dos indivíduos arguidos no Brasil, colocaram-se frontalmente contra essa situação hipotética. No Chile e no Uruguai, a repulsa à ideia de retorno dos militares ao governo é ainda maior, alcançando a casa dos 70% (no Chile, exatamente 70, em contraponto com 17,1% que apoiariam este retorno ao passado; e no Uruguai, chegando a quase 80% de repúdio, contrastando com apenas 15,3% de apoio). Este consenso generalizado de respondentes, afirmando que não apoiariam a volta dos militares ao poder sob circunstância alguma nos países do Cone Sul, plasma-se como uma informação bastante auspiciosa para a consolidação democrática nestes países. Se, por um lado, o retorno dos militares ao poder aparece como possibilidade momentaneamente distante, por outro, cabe questionar: e a confiança sobre os mesmos, como se configura nos em Brasil, Argentina, Uruguai e Chile? Tal pergunta ganha relevo à medida que possamos imaginar que bons índices de confiança sobre este setor podem servir para, a longo prazo, minar as bases da democracia, ensejando uma flexibilidade que permita a abertura futura de uma “janela” militar-autoritária. O Gráfico 7 nos traz as respostas para esta questão.

Gráfico 7. Confiança nas Forças Armadas (%).



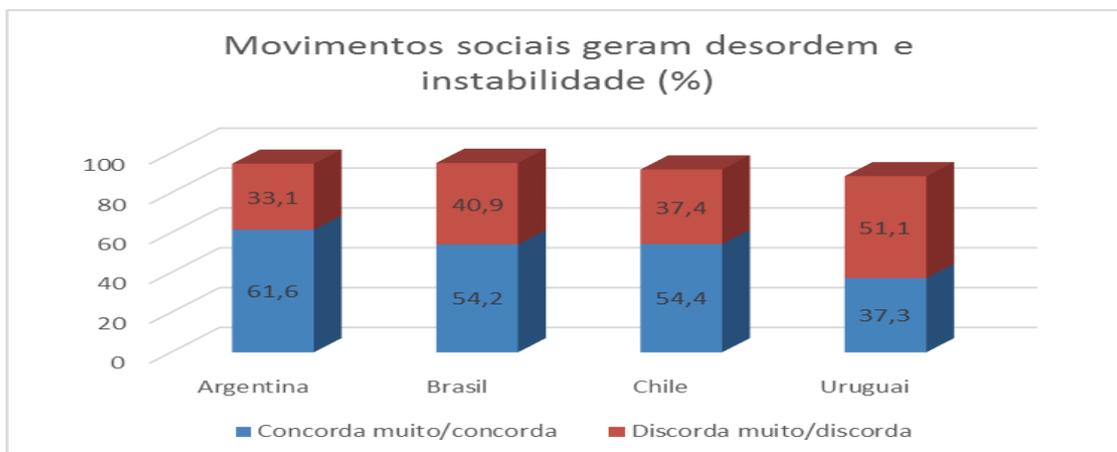
Fonte: Latinobarómetro (2009). n = 1200 (por país).

Se no que diz respeito ao retorno dos militares ao governo, esta possibilidade é frontalmente refutada nos quatro países, não se pode dizer o mesmo sobre a confiança nas Forças Armadas. Configura-se, nesse sentido, uma situação bastante distinta em termos de opinião pública entre os cidadãos destes países. Enquanto cerca de 62% dos entrevistados na Argentina afirmam, em linhas gerais, não possuir confiança neste setor da sociedade, entre os brasileiros e os chilenos, a tendência se inverte: praticamente o mesmo percentual de respondentes afirma que, sim, confia nas Forças Armadas (no Brasil, 61% e no Chile um pouco menos, 57%). No Uruguai, os percentuais apresentam maior equilíbrio: enquanto praticamente 50% dos cidadãos não manifestam confiança nas Forças Armadas, 44% afirmam confiar nessas instituições militares. Se, como já vimos, isso não implica em ameaça imediata às condições democráticas no país, não se pode negligenciar, entretanto, que este nível relativamente alto de confiança nos militares do Cone Sul pode se constituir em cenário perigoso. No caso brasileiro, por exemplo, isso ganha saliência na exata medida em que diversas pesquisas têm demonstrado que a confiança nas instituições propriamente democráticas do país não lhes confere um papel, digamos, prestigioso junto à população do país.

A fórmula “baixa confiança institucional democrática + alta confiança nas Forças Armadas” poderia, assim, configurar-se como uma ameaça ao regime democrático no Brasil, a longo prazo, dependendo das circunstâncias. Outro indicador que, em nossa opinião, pode se estabelecer como pista de legados autoritários, refere-se à maior ou menor tolerância para com os movimentos sociais.

Tal premissa é bastante lógica à medida que imaginemos que cidadãos menos democráticos tendem a ser avessos a organizações e formas de manifestação que remetam a algum tipo de confronto, atrito ou questionamento ao *status quo*; sujeitos com postura mais autoritária tendem a apoiar a repressão estatal, se necessário truculenta, a organizações da sociedade civil e movimentos de natureza contestatória e é precisamente isso que confere relevo à análise sobre a tolerância para com esse tipo de movimento. É isso que examinamos a partir dos dados do Gráfico 8.

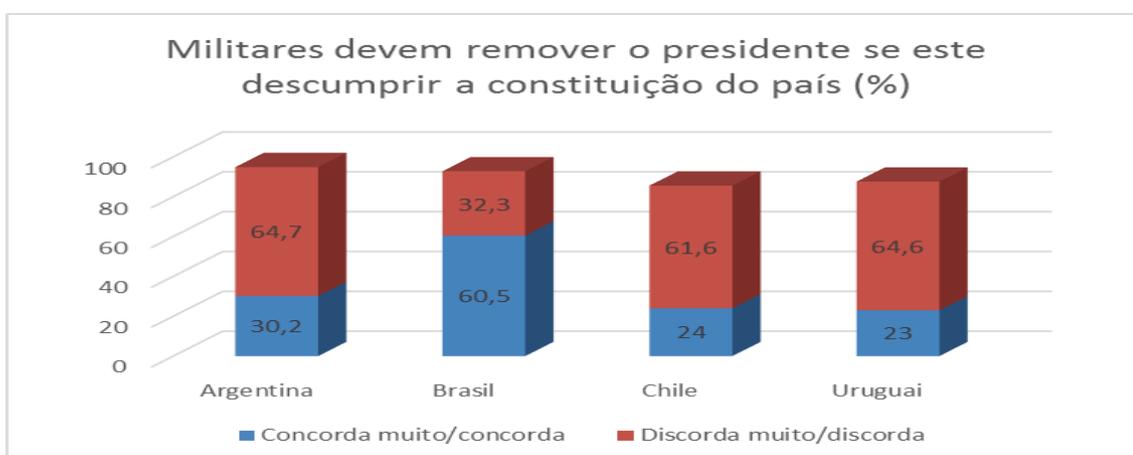
**Gráfico 8.** Movimentos sociais geram desordem e instabilidade (%)



**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

O país que apresenta o maior nível de tolerância para com os movimentos sociais é o Uruguai, o único dos quatro em que mais da metade dos entrevistados discorda de que tais movimentos sejam geradores de desordem e instabilidade. No Chile, no Brasil e na Argentina, a maioria dos cidadãos afirma que os movimentos sociais geram baderna e abalam a ordem do país. Chile e Brasil apresentam percentuais bastante parecidos na concordância sobre esta instabilidade (54%), e se diferenciam em alguns pontos percentuais no que diz respeito a discordar de que os movimentos sociais geram desordem (37,4% do Chile contra 40,9% do Brasil). Surpreendentemente, na Argentina os sujeitos tendem a ter uma menor tolerância para com estes movimentos. 63,6% concordam que eles geram desordem e instabilidade em contraposição aos 33% que discordam desta afirmação. Nesse sentido, cabe atentar para o fato de que historicamente os movimentos sociais argentinos são mais incisivos em suas manifestações e, adotando posturas mais radicais, efetivamente fazem-se sentir como promotores de desordem, mesmo que isso não seja necessariamente algo negativo. Por fim, apresentamos a variável sobre militares e garantia da ordem constitucional, plasmada pela seguinte pergunta: “Os militares devem remover o presidente se este descumprir a constituição do país?”

**Gráfico 9.** Militares devem remover o presidente se este descumprir a constituição do país (%)



**Fonte:** Latinobarómetro (2009). n =1200 (por país).

Dentre os países estudados, é possível notar uma diferença extremamente significativa entre o Brasil e os demais. Enquanto, no contexto brasileiro, mais de 60% dos entrevistados consideram os militares como legítimos árbitros do conflito, corroborando constatação de González (2011) para o contexto da maior parte dos países latino-americanos, 64,7% dos respondentes argentinos, 61,6% dos chilenos e 64,6% dos uruguaios refutam esta ideia. Mais uma vez parecem relativamente claras as consequências que diferentes modelos transicionais possuem sobre as perspectivas dos indivíduos nestes países. É possível inferir, que é bastante plausível o raciocínio de que o modelo negociado brasileiro serviu para manter uma certa posição privilegiada dos militares. Na Argentina, por exemplo, a transição por ruptura, dada por uma fragorosa derrota dos incumbentes autoritários, repercutiu em um trauma que se reflete na baixa confiança e na negação peremptória desses atores como árbitros legítimos de um possível conflito pautado pelo descumprimento de normas constitucionais por parte do presidente do país. No Chile e no Uruguai, ainda que de forma organizada, a transição foi marcada por um certo trauma dos militares, o que no Brasil não se configurou, uma vez que, além do alto controle da agenda transicional, ocorreu uma permanência significativa de expoentes figuras atreladas ao período ditatorial no cenário democrático. Manteve-se, assim, uma aura persistente de que o período de repressão não era de todo mau contraposto a um cenário de posterior frustração- relativa- com a democracia enquanto cura para todos os males, conforme José Álvaro Moisés já havia alertado em 1995.

#### **4 Considerações Finais**

No presente artigo, procuramos examinar os legados culturais dos modelos de transição à democracia de Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Inicialmente e, em linhas gerais, apresentamos como se desenvolveram os regimes autoritários nos quatro países e a forma como os mesmos deixaram o poder. Assim, vimos que a Argentina experimentou um processo de transição por ruptura, provocado pelo fracasso dos militares no exercício do governo; enquanto, no Brasil, por outro lado, o que ocorreu foi uma transição altamente negociada, “lenta e gradual”, com amplo poder dos incumbentes autoritários sobre o processo. Uruguai e Chile também apresentaram transições organizadas, mas com maior deterioração de suas respectivas ditaduras.

Partindo destas premissas, demos sequência ao estudo. Nessa segunda parte da exposição, analisamos, com pesquisa na base de dados do Latinobarómetro de 2009, um conjunto de nove variáveis que, na nossa leitura, parecem constituir legados culturais do autoritarismo.

Em quatro dos nove indicadores examinados, os países apresentaram percentuais maiores para predisposições democráticas, mas com diferenças entre si. Em termos de preferência pelo regime democrático, o Uruguai apresentou percentuais mais democráticos, também se destacando na repulsa à ideia de que os governos possam fechar meios de comunicação, junto com a Argentina, e na rejeição a uma possível volta dos militares ao poder, junto com o Chile. Os argentinos, por sua vez, também são bastante democráticos no que concerne à reprovação da ideia de que os governos possam passar por cima das leis e do parlamento. O Brasil, ainda que seguindo a mesma tendência dos demais países nestas variáveis, apresenta percentuais relativamente menores.

Houve tendências divergentes nos demais cinco indicadores: preferência por uma sociedade ordenada em detrimento dos direitos humanos e liberdades; preferência entre democracia e desenvolvimento econômico contrapostos; confiança nas Forças Armadas; opinião sobre movimentos sociais e possibilidade dos militares removerem um presidente se este descumprisse a Constituição dos países. Em relação à preferência por uma sociedade ordenada em detrimento das liberdades dos sujeitos, os cidadãos de Argentina, Brasil e Chile

apresentaram essa prioridade à ordem; somente no Uruguai os direitos humanos e liberdades ocupam um lugar mais privilegiado nas percepções dos cidadãos. Quando se contrapõe a democracia ao desenvolvimento econômico, somente no Chile se percebe, muito levemente, a priorização da dimensão material; nos demais países, os entrevistados manifestaram que, na dúvida, optam pela democracia, ainda que sob dificuldades do ponto de vista econômico. No que diz respeito aos movimentos sociais, o único país em estudo no qual se pode verificar maior tolerância é o Uruguai; no Brasil, na Argentina e no Chile, há maior tendência a se ter uma imagem desses movimentos como geradores de desordem, mal-estar e instabilidade social. Já no que concerne à confiança nas Forças Armadas, temos uma certa divisão: na Argentina e no Uruguai, temos níveis mais elevados de desconfiança sobre esta instituição (na Argentina, de modo ainda mais claro que no Uruguai; já brasileiros e chilenos manifestam uma maior confiança sobre seus militares (no Brasil, este percentual chega a bater os 60%). Outra questão direcionada à questão militar, sobre a possibilidade de intervenção e derrubada de um presidente descumpridor da Constituição, mostra que apenas no Brasil as Forças Armadas ainda são vistas como possuidoras de alguma legitimidade para arbitrar questões desta natureza. Nos demais países, a repulsa a esta ideia é amplamente estabelecida.

Assim, de maneira geral, pode-se notar no Uruguai o país com valores democráticos mais claramente enraizados: em todas as cinco variáveis em que se colocaram divergências, as posições dos uruguaios se direcionaram para uma visão mais democrática. Em seguida, aparece a Argentina, onde três indicadores apresentam uma perspectiva mais democrática, contra dois com percepções que dialogam com uma ótica mais autoritária. Brasil e Chile aparecem com quatro indicadores mais voltados ao autoritarismo, contra apenas um de viés democrático. No Brasil, o agravante é que, dentre as questões não consensuais entre os quatro países, nas duas direcionadas aos militares, notamos simpatia maior em relação aos demais países. Os chilenos, por exemplo, apesar de confiarem nos seus militares, refutam fortemente a ideia de que eles possam derrubar um presidente do país. Por isso, o caso brasileiro merece um cuidado analítico especial.

Como a consolidação democrática e manutenção do regime guarda relações que não podem ser negligenciadas com a cultura política, a persistência com maior força de legados autoritários no Brasil gera certa preocupação, se não a curto prazo, ao menos a longo prazo. Até que ponto o prestígio dos militares no país, em contraponto com a baixa confiança em outras instituições (como pôde ser claramente percebido nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, por ocasião da ocorrência da Copa das Confederações), pode se configurar como ameaça à democracia brasileira? A resposta para esta pergunta é difícil, mas serve como alerta para o fato de que ainda existem, entranhados no âmago da cultura política brasileira, certos valores autoritários capazes de minar, mesmo que lentamente, a democracia no país.

Isso quer dizer que a democracia brasileira está fadada ao fracasso? Evidentemente que não. Porém, certamente estes legados surgem como uma barreira extra para ser superada. Assim, a consolidação democrática, no sentido mais substantivo, extrapolando o âmbito meramente procedimental e institucional, depende também do exercício e da reinvenção cotidiana da democracia. Dispositivos que permitam a inclusão dos cidadãos em esferas decisórias, e com resultados efetivos e palpáveis, podem contribuir significativamente para este intento. É a partir daí que os valores democráticos brasileiros poderão florescer com maior intensidade e, de maneira mais duradoura, quem sabe até mesmo superando o impacto de legados de uma cultura autoritária que, se não foi formada pelas ditaduras nos países em tela, certamente foi por elas potencializada.

## Referências

- ACUÑA, Carlos H.; SMULOVITZ, Catalina. O ajuste das forças armadas à democracia: sucessos, fracassos e ambigüidades no cone sul. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Orgs.). *Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina*. São Paulo: EDUSP/NEV, 2006 35-69 p.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Boston Little Brown, 1965.
- ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. *Revista de Sociologia e Política*, n. 17, 2001, p. 11-31.
- BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 25-45 p.
- BARAHONA DE BRITO, Alexandra. Verdad, justicia, memoria y democratización en el Cono Sur. In: \_\_\_\_\_. AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma; GONZÁLEZ ENRÍQUEZ, Carmen (Eds.). *Las políticas hacia el pasado: juicios, depuraciones, perdón y olvido en las nuevas democracias*. Madrid: Ediciones Istmo, 2002. 195-245 p.
- CAVAROZZI, Marcelo. *Autoritarismo y democracia (1955-1983)*. Buenos Aires: Editores de America Latina, 1996.
- FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: Corag, 2006. 32-43 p.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia, cultura política e experiências participativas na América Latina. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 47-68 p.
- GUNTHER, Richard; Monteiro, José Ramón. Legitimidade política em novas democracias. *Opinião pública*, v. IX, n. 1, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel P. *A terceira onda: democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- INGLEHART, Ronald. *Culture shift in advanced industrial society*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.
- MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Orgs.). *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988. 108-139 p.
- MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas. *Opinião pública*, v. XI, n. 1, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- MORLINO, Leonardo. Legados autoritários, política do passado e qualidade da democracia na Europa do Sul. In: PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Orgs.). *O passado que não passa: a sombra das ditaduras na Europa do Sul e na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 261-294 p.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Contrapontos: autoritarismo e democratização*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1986.

- PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: ditadura de segurança nacional e terror de Estado. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *Cone sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: Evangraf/UFRGS, 2013. p. 83-119.
- \_\_\_\_\_. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (Org.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 143-178 p.
- \_\_\_\_\_. Elementos constitutivos do terror de estado implementado pelas ditaduras civis-militares de segurança nacional latino-americanas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: Corag, 2006. 15-22 p.
- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- POWER, Timothy J.; JAMISON, Giselle D. Desconfiança política na América Latina. *Opinião pública*, v. XI, n. 1, 2005.
- ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- STEPAN, Alfred. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 521-562 p.
- VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. Uruguai: autoritarismo e ditadura. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As ditaduras de segurança nacional: Brasil e cone sul*. Porto Alegre: Corag, 2006. 23-31 p.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Rumor de sabres*. São Paulo: Ática, 1994.

*Artigo recebido em: Julho/2014.*  
*Artigo aprovado em: Dezembro/2014.*

**Bruno Mello Souza** ([bmellosouza@yahoo.com.br](mailto:bmellosouza@yahoo.com.br)) é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista CAPES.

**Carlos Artur Gallo** ([galloadv@gmail.com](mailto:galloadv@gmail.com)) é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e bolsista CAPES.